

D. SEBASTIÃO E O ROMANCE HISTÓRICO

«Louco, sim, louco, porque quis grandeza
Qual a Sorte a não dá.
Não coube em mim minha certeza;
Por isso onde o arcal está
Ficou meu ser que houve, não o que há.
Minha loucura, outros que me a tomem
Com o que nela ia.
Sem a loucura que é o homem
Mais que a besta sadia,
Cadáver adiado que procria?»

Fernando Pessoa, *Mensagem*

A figura de D. Sebastião é talvez das mais carismáticas da História de Portugal. Levado por um sonho de grandeza, legitimado por conselheiros fanáticos e irrealistas, o jovem rei despreza a voz do bom senso e lança o país num estrondosa derrota, de que resultaram consequências gravíssimas para a soberania nacional. No entanto, a confusão gerada durante a batalha, sobretudo a partir de determinado momento, favoreceu alguma ambiguidade, ao ponto de se ignorar o verdadeiro destino do soberano, cujo corpo verdadeiramente ninguém reconheceu. A vontade de que o rei não tivesse morrido, vontade emotiva mas também política e ideológica, dá origem ao aparecimento de falsários e a um sentimento latente de espera e messianismo. Aliás, se nos ativermos apenas ao histórico propriamente dito, verificaremos que a actuação de Filipe II e seu sucessor é mais cautelosa, enquanto era teoricamente possível a sobrevivência de D. Sebastião, ainda que em parte incerta. A angústia provocada pela orfandade nacional, acicatada pela incerteza dessa mesma orfandade, que Fernando Pessoa, séculos mais tarde, condensaria em dois versos no poema «O Quinto Império», «Quem vem viver a verdade / Que morreu D. Sebastião»¹, leva necessariamente a sublimações variadas, desde as

¹ Fernando Pessoa, *Mensagem*, in *Obra Poética*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1965, p.85.

conhecidas profecias até, mais recentemente, à escrita de romances de que é o principal protagonista. É interessante sabermos que, em 1849, o sebastianista M.C., tal como assina a obra, ainda concebe um «Diálogo Sebástico» entre um sebastianista, um adversário e um conciliador. O título da obra é sugestivo do seu conteúdo: *O EGREGIO ENCUBERTO ou Demonstração dos principaes fundamentos em que se estribam os SEBASTIANISTAS, para esperarem pelo seo D. SEBASTIÃO; e de que este reyno, nossa cara pátria, ha-de ser a CABEÇA do imperio e monarchia universal: "Et fiet unum ovile, et unus pastor."*²

A data de 1849 é talvez indiciadora da época ou do período literário que então se vivia em Portugal – o Romantismo. Pelas suas características, não é difícil perceber o fascínio que uma figura assim poderia exercer: por um lado, é o gosto do romance histórico que Alexandre Herculano recentemente introduzira, sob a égide de Scott, Victor Hugo, Alessandro Manzoni ou Alfred de Vigny; por outro, ao espírito romântico agradaria certamente um destino tão trágico e uma esperança tão tênue, envolta em mistério e sedução. Nove anos antes, em 1840, A. Correia de Lacerda, escrevera o romance-poema *D. Sebastião o Encuberto*³, onde se reitera a esperança na vinda do Desejado,

Mas a verdade é que, se a voga começou com o Romantismo, ela continuou através do século XX, não sendo nem menos nítida nem menos emblemática. É até no passado século que se torna mais fulcral o papel que a figura do rei jogou no imaginário português, dada a faceta que a metaficção historiográfica pósmoderna imprimiu à recriação do passado.

Após estas simples e rápidas considerações sobre a importância de uma personalidade que se deverá considerar como única na história portuguesa (só comparável a Inês de Castro, de destino e vicissitudes bem diferentes), passaremos à análise do modo como os vários romances históricos, desde 1849 à actualidade, presentificaram a imagem de D. Sebastião.

Ayres Pinto de Sousa de Mendonça e Menezes, num romance publicado em 1849, *Ruy de Miranda*, apresenta na Introdução uma visão favorável ao derrotado de Alcácer-Quibir, apesar de ceder, ao longo do livro, a palavra a personagens de diferentes opiniões. Logo no terceiro parágrafo da Introdução podemos ler: «Tentei pois, pintar, como sabia essa situação, em que esta boa terra levando nas suas bandeiras o mote *Deos, Patria, Rei*, se foi a essa grande lide, onde um monarcha, verdadeiramente portuguez, com um ardor juvenil maior do que a prudencia pedia,

² Lisboa, Typographia de Martins, 1849.

³ Lisboa, Typographia de L.C. da Cunha, 1840.

lá deixou quebrar o sceptro, e murchar os florões gloriosos da corôa, affogados em sangue nobre e leal»⁴.

Um diálogo entre algumas personagens ilustra o sentimento geral do reino, sentimento que é sempre temperado por uma focalização desculpabilizadora do jovem rei:

«Dizei-me, mestre Rodrigo, então é já cousa sem duvida, el-rei vae ás praças d'além mar?

- Assim se dá como certo, sr. Fernão Esteves; e parece que elle se vae ao Algarve, e que de lá assudado se embarcará.

- Mal me parece a mim isso; esses diabos, que lhe tomaram o ânimo, de certo o perderam e a nós também.

Com modo triste accrescentou Fernão Esteves, e o mestre Rodrigo, abanando a cabeça, lhe tornou:

- Eu não seja alfageme, se isto não é téa de Castella – o italiano, que tanto lhe excita os brios contra os mouros, de lá veiu, e...sim, com vento de Castella, Portugal te vaes a ella.

(...) ruim conselho lhe dão [diz Fernão Esteves], levam-no à perdição! Maldicta seja Castella.

(...) um impulso de coração que lhe dizia, que alli [com o rei] ia toda a sua esperança, e do reino. (...)

- Ei-lo ahí vae o nobre rei, toda a esperança desta terra: nunca principe foi tão desejado: Deos o guarde; mas agourada lhe vejo a sorte, não sei o que me prediz o coração, este coração, que nunca me engana, e que no dia de entrada nos mouros era infallivel.»⁵

Este presságio, na linha mais ortodoxa do Romantismo, que faz lembrar os pressentimentos de Maria no *Frei Luís de Sousa* de Almeida Garrett, ou as inúmeras antecipações emotivas de que Camilo Castelo Branco usará e abusará, destina-se a criar um ambiente propício à desgraça, onde o herói acaba por ser mais vítima de uma fatalidade incontornável do que das consequências dos seus tresloucados actos. Assumindo características próprias do herói romântico, D. Sebastião terá que ser visionado como «um impetuoso moço, a quem Deos tinha entregue os destinos deste reino»⁶, e não como um rei, falhando os mais fundamentais deveres.

⁴ Ayres Pinto de Sousa de Mendonça e Menezes, *Ruy de Miranda*, Lisboa, Typ. R. P. Marinho, 1849, s/ n.º de página.

⁵ *Idem*, pp.19-21.

⁶ *Idem*, p.83.

A dúvida que ajudou a criar o mito («Aportando aos portos do Algarve, rápidos se dessiminaram pelo reino, levando o espanto e as lágrimas com a desgraçada duvida, se el-rei era vivo ou morto.»⁷), e que será explorada em variados romances dos dois séculos, como veremos, só pode seduzir o imaginário romântico, apaixonado pela ideia de uma morte incerta e incompleta.

Camilo Castelo Branco, em *O Senhor do Paço de Ninães* (1867), embora evocando a célebre batalha e o desastre que lhe sucedeu, acaba por se enredar nos fios da intriga amorosa, para ele sempre mais interessante, deixando um pouco de lado a figura do rei. Contudo, o capítulo XII, intitulado «Alcácer Quibir», analisa ironicamente alguns dos passos e, sobretudo, demonstra uma visão já distanciada e crítica dos acontecimentos. Comentários como os a seguir transcritos revelam uma relativização das razões demasiado sérias que provocaram a tragédia: «D. Sebastião, o doido providencial, pagou por si, por D. João III, por D. Manuel, por D. João II, pelo conquistador de Tânger, pelo conquistador de Ceuta.»⁸; «Não se presta o bondosíssimo Jesus a servir às ordens de D. Sebastião.»⁹.

A usual causa da perda da batalha, uma voz que teria soado, para mandar parar o combate, é aqui também ironizada, e parece não ter a ambiguidade fundamental que os relatos lhe costumam atribuir:

«Ressoavam já gritos de vitória pelos portugueses, quando caiu o capitão e outro exclamou: - *Ter! Ter!*»

Este brado decidiu da batalha, porque o terço dos aventureiros quedou-se e de aí a pouco retiraram desordenados. São as monografias de batalha que o dizem. O brado do capitão Pero Lopes ficou sendo uma coisa que ainda há-de ser pesada por historiadores competentes. Foi aquele Pero Lopes que tirou a coroa imperial de Marrocos da cabeça de D. Sebastião e sobrepôs a púrpura de Portugal na de Filipe II de Castela! Que elementos nos deixaram para uma boa história!¹⁰

Ao escrever, «são as monografias de batalha que o dizem», Camilo distancia-se do tempo do enunciado e justifica a focalização desassomburada e mordaz que preside ao relato. De igual modo, a afirmação de que o rei fugiu, contraria, de certa forma, o perfil heróico que se lhe quer, em geral, imprimir: «De repente, num vórtice de cavaleiros, reconhece Rui Gomes o rei. Abre a ferro a curta distância que o separava; mas, ao acercar-se dos cavaleiros, no acto em que os mouros travavam

⁷ *Idem*, p.87.

⁸ Camilo Castelo Branco, *O Senhor do Paço de Ninães*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 8ª ed. 1966, p.129.

⁹ *Idem*, p.130.

¹⁰ *Idem*, pp.130-131.

de D. Sebastião, sentiu que uma lançada lhe abria o peito e caiu a tempo que o rei ia fugindo.»¹¹

Nos anos 70 de oitocentos, apesar da permanência de características românticas em numerosos epígonos que continuam a produzir romances históricos na esteira de Herculano, começa a sentir-se algum desencanto em relação à figura de um rei que ainda não atingiu a dimensão mítica que a segunda metade do século XX irá aproveitar e desenvolver. Pereira Lobato, numa tetralogia, *Os Fidalgos do Coração de Ouro* (1872), *A Queda dum Gigante* (1875), *A Baronesa da la Puebla* (1875) e *O Estandarte Real* (1876), aborda por várias vezes a problemática do reinado de D. Sebastião, chegando a apor um subtítulo alusivo no primeiro dos romances citados: «Chronica do Reinado de D. Sebastião». As contantes referências à falta de bom senso do monarca acentuam a consciência da inevitabilidade do desastre: «Se o povo da cidade se alvoroçou com a alegre notícia, as quatro mil lanças do duque aguaram esta alegria. Viam todos que era gente de mais para sequito, e muito pouca gente para emprehender algum combate.»; «O rei não se importa com a sua dama, que é a patria, a patria tão extremosa, tão doida por elle. Sigâmos o exemplo do rei.»¹²

Viriato, uma das personagens, faz por mais de uma vez frente ao rei, simbolizando a oposição sensata às loucuras e delírios daquele: «Tractavamos, senhor, de apagar as chammas de guerra estrangeira que vossa alteza levantou; guerra que depois de devorar as possessões em Africa, devorará o reino, destruindo de um só golpe o que levou seculos a conquistar.»; «Em nome da nação, exclama o fidalgo, em nome da honra e da independencia portugueza, nós todos a quem Deus escuta e a quem julgará, prohibimos a el-rei que dê mais um passo, onde arrisque o sceptro e a patria, de que o Todo Poderoso se compadeceu ainda ha pouco.»¹³

Não é assim de estranhar que, em *A Queda dum Gigante*, se defina D. Sebastião como uma «criança insensata»¹⁴, apesar de se reconhecer que ele foi sobretudo vítima daqueles que o rodeavam: «Este moço, de quem fizeram um insensato, possuia qualidades que fariam d'elle um grande rei.»; «Rodeavam-n'o mancebos tão doidos e tão inexperientes como elle, e todos fantasiavam feitos de armas na proxima campanha como esses cavalleiros da ala dos namorados na vespera da batalha de Aljobarrota.»¹⁵

¹¹ *Idem*, p.132.

¹² Pereira Lobato, *Os Fidalgos do Coração de Ouro*, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, 2^oed., 1901, Vol. II, pp.194 e 203, respectivamente.

¹³ *Idem*, pp.214 e 228, respectivamente.

¹⁴ Pereira Lobato, *A Queda d'um Gigante*, Lisboa, Lucas & Filho-Editores, 1875, p.28.

¹⁵ *Idem*, pp.89 e 224, respectivamente.

É, no entanto, em *O Estandarte Real* que se desenha com mais nitidez a catástrofe que foi a batalha, fruto da «ardente imaginação do príncipe [que] creou novo flagello para arruinar a monarchia.»¹⁶ A decisão do rei de passar a África sem ouvir os conselhos dos mais prudentes é sobejamente explorada no romance, assim como o autoritarismo que comandou o recrutamento de fidalgos, a recusa da paz proposta por Moley-Moluco ou as opiniões dos generais sobre o tipo de batalha a travar. A voz de retirada a que já aludimos em outra obra aparece como a grande culpada da derrota e a figura de D. Sebastião não deixa de ter grandeza, no momento em luta heroicamente por uma Pátria que se esvai juntamente com a vida da sua elite:

«Nuvem densa de pó o envolvia a elle e aos que o seguiam, de minuto a minuto. A nuvem rarefazia-se apoz um estrepito que lembrava o ruído fabuloso dos cyclopes trabalhando nas officinas do Etna, e via-se então, magestoso e bello como um deus olympico, esse louro mancebo cuja realeza expirava, mas cujo valor não perecia, atestando o heroismo e a grandeza epica no pedestal de cabeças humanas em que assentavam os pés do seu ginete.

(...)

- Sou rei ainda! parecia dizer D. Sebastião, inflamado o rosto, allumiados os olhos de clarão sinistro.

(...)

Vasco da Silveira ainda cobriu com o seu o corpo do rei até se esvair de sangue.

Christovão de Távora, banhado em lagrimas, que mal remiam as suas culpas, lançou-se aos pés d'elle exclamando ao ver o ultimo trance de tão horrivel drama:

- E agora que remedio teremos, senhor?

- O do ceu, se as nossas obras o merecerem, replicou o príncipe com a mesma inteireza.

- Não vos mateis, tornou o valido! E de joelhos pediu-lhe a espada para a entregar aos vencedores.

Repellindo-o e recusando, D. Sebastião respondeu com altivez:

- A liberdade real só se ha de perder com a vida.

Foram as últimas palavras que lhe ouviram. Depois investiu com os mouros, e desapareceu aos olhos de todos, envolto na multidão.»¹⁷

O fim do século XIX e o início do XX representam, a nível sócio-político, um momento de crise e de procura desesperada de uma identidade gratificante. O ro-

¹⁶ Pereira Lobato, *O Estandarte Real*, Lisboa, Lucas & Filho-Editores, 1876, p.8.

¹⁷ *Idem*, pp.220 e 223.

mance histórico produzido nesta época reflecte essa fragilidade e põe uma tónica especial na glorificação de uma nação que precisa a todo o custo de relembrar glórias passadas. É evidente que D. Sebastião não é propriamente uma glória, como afirma uma personagem do romance *Luis de Camões* (1901) de Campos Júnior, «Inexperiente e insubmisso, louco sonhador de conquistas (...)»¹⁸. No entanto, neste romance, o rei aparece também como pretexto para que Camões leia trechos de *Os Lusíadas*, que, esses sim, retratam e exaltam o passado heróico de um povo, mesmo se mitificado. A insistência na leviandade, inexperiência e loucura do neto de D. João III, não impede que o narrador o apelide de «pobre cruzado»¹⁹, apiedando-se da sua sorte no dia da tragédia. A notícia da morte do rei desespera o país e começam a surgir boatos da sua sobrevivência: «Dois ou tres affiançaram que nenhum receio devia de ter o povo, pois haviam chegado informações d’Africa, trazendo a esperança de que El-rei D. Sebastião não morrêra em Alcacer, e a certeza de que houvera engano com o cadaver que se affirmou ser o de Sua Alteza.»²⁰

Numa época em que esses boatos já só podiam ser romanceados, mas cuja suposição poderia servir para alimentar sonhos, favorecendo a ideia de uma pátria renascida, surgem livros onde se aborda o aparecimento de falsos Sebastões, significando antes de mais carências profundas do imaginário colectivo. Em 1894, D. João da Câmara publica *El-Rei*, onde se aborda a problemática do desejo intenso de materializar a figura do rei desaparecido. Mesmo antes de partir para a batalha, ele aparece como «um d’esses heroes thaumaturgos das novellas»²¹ e logo no fim da derrocada se põe a correr a notícia de que não morreu: «As cartas de Belchior do Amaral, que declarava ter enterrado D. Sebastião, não apagaram a fama de El-Rei ser vivo. Diziam alguns, que uma noite ás portas de Arzila haviam batido uns embuçados, invocando, para que lh’as abrissem, o nome de D. Sebastião, que vinha com elles.»²². A mitificação começa a ganhar foros e Marta, a protagonista, acredita *vê-lo* em outras personagens, dando corpo à lenda que então se gerou e ao aparecimento de homens que se faziam passar pelo monarca, aproveitando-se da credence popular e dela tirando partido, ao ponto de se apropriarem de valores que os nobres lhes davam, pensando ajudar o rei. É, porém, Marcelino Mesquita quem, em 1908, com a publicação de *Os Quatro Reis Impostores*, romanceia a história

¹⁸ Campos Júnior, *Luis de Camões*, Lisboa, João Romano Torres & C^a -Editores, 4^aed., s/d, 4^oVol., p.125.

¹⁹ *Idem*, p.319.

²⁰ *Idem*, p.367.

²¹ D. João da Câmara, *El-Rei*, Lisboa, Empreza Editora Mello d’Azvedo & C^a, 1894, p.21.

²² *Idem*, pp.45-46.

dos quatro indivíduos que se fizeram passar por D. Sebastião: o de Penamacor, o da Ericeira, o de Madrigal e o da Calábria. Este último foi também aproveitado por Fernando Campos, em *A Ponte dos Suspiros*, como oportunamente analisaremos. Antes de expor a vida de cada um dos impostores, Marcelino Mesquita, ao fazer uma pequena introdução, traça um perfil negativo e desastroso, acentuando a terrível consanguinidade que lhe coartava, à partida, qualquer possibilidade de sucesso. Vejamos como o narrador resume a actuação do jovem rei: «Combinando estas misteriosas divagações nocturnas com a repugnancia que lhe inspiravam as mulheres, o leitor comprehende que o alucinado se desdobra em pederasta.»²³ Em África, todos os seus feitos apontam para a loucura que culminará com a morte, apesar da lenda que logo correu da sua sobrevivência. Para Marcelino Mesquita, esta mínima incerteza, corroborada por características muito próprias do povo português, estará na origem do sebastianismo, que levou à possibilidade da construção de falsos reis:

«A um povo envilecido pela fome, dizimado pela morte, na Africa, na India, no mar; oprimido pelo frade, roubado pelo nobre, bestialisado pelo jesuita, emparvecido na sua ignorancia absoluta, não se pódem pedir acções heróicas, rasgos de audacia, energias masculas.

O povo portuguez que, desde D. João II, começára a perder as suas nobres qualidades de character, pela perda das regalias, ao chegar a D. Sebastião já não era um povo, era uma malta estúpida e inconsciente, um rebanho timido de escravos.

Miseravelmente supersticioso e credulo, mergulha n'aquella "apagada e vil tristeza", modôrra moral, symthoma de aborrecimento, de indifferença pelas cousas da terra, de descrença na melhora da doença, que reputa mortal.

A sua cabeça medita, exaurida; no seu cerebro doente apparecem os sonhos, as illusões, cousas sobrenaturaes e loucas.

Era o delirio da fome, da servidão, da miseria!

Estava-se na terra da escravidão; quem levaria á terra promettida, áquelle maravilhosos Portugal do passado, cheio de riquezas, de respeito, de gloria?

Porque não se havia de voltar? Havia de morrer-se assim?

Então appareceram os profetas, e, logicamente, adivinhou-se o – Messias.

O Messias era D. Sebastião – o *Sebastianismo* nasceu.»²⁴

Este fenómeno do sebastianismo e dos falsos reis será ainda explorado em outros romances posteriores, dos quais destacamos, em 1924, *D. Sebastião* de Antero

²³ Marcelino Mesquita, *Os Quatro Reis Impostores*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, José Bastos & Cª, 1908, p.13.

²⁴ *Idem*, pp.44-45.

de Figueiredo e, mais recentemente, em 1985, em *A Monja de Lisboa* de Agustina Bessa Luís.

Antes de passarmos à análise da obra de Antero de Figueiredo, queria apenas salientar dois pequenos contos de Henrique Lopes de Mendonça, «O Desejado» e «Despedida Régia», incluídos no volume *Almas Penadas de Cenas da Vida Heróica*, publicados a partir de 1920. O próprio título apela para a glorificação da Pátria típica desta época e que já referi, apesar do volume *Almas Penadas* apontar prioritariamente para os infelizes e desditosos da História. No primeiro dos textos, evoca-se o nascimento de D. Sebastião, «Uma criança, cujo primeiro vagido era para a Pátria um grito de triunfo! Um berço, em que Portugal ia renascer, cada vez mais forte, cada vez mais glorioso!»²⁵

No outro conto, relata-se a despedida entre o jovem rei e Filipe II, antes da partida para África, e da recusa deste em participar, provocando a fúria do rei de Portugal, que é apelidado de «místico megalómano»²⁶.

Na obra de Antero de Figueiredo, espécie de biografia romanceada do neto de D. João III, tenta-se uma reabilitação. Começando por dizer, no Prefácio, que «De D. Sebastião tem-se dito o pior»²⁷, o autor propõe-se *explicá-lo*, escrevendo que «Uma vez mostrado, êle se defenderá por si próprio. Seus erros são, parte, os da sua época; parte, individuais. Os colectivos vinham de longe; os pessoais constituíam a sua psicologia de herói, que é feita de belezas e defeitos; de teimas obstinadas e de acertos admiráveis; e, lado a lado, (tão próprio destes temperamentos explosivos) toques de desvairo, um tanto ou quanto de arrebatamento belo que excita, intensifica, timbra e doira a vida»²⁸

É assim que se vai expondo a vida de D. Sebastião, usando um processo exclusivamente expositivo, na ausência absoluta de diálogos. Dá-se relevo ao nascimento, à consanguinidade, à formação religiosa e ardor guerreiro, tendo como modelo D. Afonso V, à paixão pelo exercício físico e à preocupação com a castidade, justificando, de certo modo, o pouco interesse pelas várias propostas de casamento. A visita aos túmulos dos antepassados, não é aqui considerada loucura, mas uma forma de «meditar nas virtudes deles e crismar sua fé guerreira.»²⁹. Acreditando-se predestinado por Deus, parte para África, desprezando os conselhos do tio, e

²⁵ Henrique Lopes de Mendonça, *Almas Penadas*, Lisboa, Companhia Editora Portugal-Brasil, s/d, p.134.

²⁶ *Idem*, p.144.

²⁷ Antero de Figueiredo, *D. Sebastião*, Paris-Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 3ªed., 1924, p. XV.

²⁸ *Idem*, p.XVIII.

²⁹ *Idem*, p.150.

sentindo-se «o herói mítico, norteando a sua consciência por ditames celestes, e seus passos por clarões sobrenaturais.»³⁰

O desenlace é conhecido e Antero de Figueiredo mais não faz do que repetir os episódios conhecidos, passando pela lenda do «Encoberto», pelos falsos reis e pelo aparecimento do Sebastianismo e sua manutenção através dos séculos, como alívio em momentos de crise. A longa citação que se segue demonstra na perfeição o espírito de um tempo difícil que necessita de paliativos para amparar a periclitante identidade nacional:

«Sempre o “sebastianismo” e o “messianismo” aparecerão nas horas depressivas e desesperadas dêste pequenino Portugal, verde e solheiro, lindo e afectuoso, ora rebentina ora quebranto, ora bravura ora carinho, todo pendente ao lirismo, mas também disposto à cegueira dos sentimentos insanos: - almas, enfim, jogadas, periguadas às monções dos ventos imprevisitos...

(...)

Dêste modo, num dado momento, a selecção histórica surgirá e elegerá, entre muitos como tu, um ser de escolha que reúna em síntese o são pensar e o nobre sentir comuns, a mais as qualidades necessárias e excepcionais de organização, direcção e mando. (...)

Êste “sebastianismo” é energia; êste “messianismo”, lição. O “sebastianismo” é uma fôrça tradicional e espiritual da nação portuguesa. O “sebastianismo” é ontem, é hoje, é amanhã. O ontem está na segurança que o português sempre teve nas energias sobrenaturais que constituem a trama sensível da sua pátria; o hoje, na consciência delas e na tenacidade para as pôr em acção; o amanhã, no brilho de esperança que timbra os olhos patriotas.

Assim considerado, o “sebastianismo” não tem o bafo de um arcaísmo, mas sim a frescura de um neologismo. Poderá, portanto, dizer-se que o “sebastianismo” foi, é e será sempre o mesmo que o nacionalismo.»³¹

Nos anos trinta de novecentos surgem dois romances que alteram consideravelmente a tradição. Não podendo ainda ser considerados na linha da pósmodernidade, a verdade é que conseguem levar até à últimas consequências a tese da sobrevivência do rei depois do desastre de Alcácer-Quibir. Em 1936, Aquilino Ribeiro publica *Aventura Maravilhosa*, onde parte do princípio de que o rei não morreu, passando as mais diversas vicissitudes até acabar por ser condenado às ordens de Filipe II, repondo assim o discurso oficial da História. A recusa de D. Sebastião em dar-se a conhecer faria parte da necessária expiação que ele teria de

³⁰ *Idem*, p.328.

³¹ *Idem*, pp.442-444.

sofrer, depois de ter levado o país à derrocada. Aliás, é a sua morte que convém ao reino e não o seu regresso: «Estou convencido de que tudo o que se diz, respeitante à sobrevivência de el-rei D. Sebastião, é fantasia; fantasia, não direi de graciosos ou especuladores, mas delírio de entendimentos transtornados pela paixão. Creio que tudo é nuvem, mas se por culpa dos nossos pecados fosse certo, maiores seriam os danos que as vantagens. O malfadado príncipe levou a flor dos portugueses ao cutelo e no fundo ninguém lhe perdoa. Se mais o não execram, é apenas porque está morto. De contrário, levantar-se-iam contra ele as pedras das calçadas. A um sobrevivente da batalha ouvi eu dizer que “se D. Sebastião se tivesse vendido ao Maluco não teria procedido de maneira mais torpe no decurso da jornada”. Todos os conselhos e vozes de prudência ele repeliu por sistema; fez calar à fina força a boca aos práticos; não deixou aos bravos a liberdade de pelejar; em suma, procurou por todos os meios negativos, movido pelo orgulho, a basófia, a mais maciça confiança em si próprio, que a sorte das armas lhe fosse adversa. A terra lhe seja leve, mas que o seu fantasma nos deixe em paz!»³²

Como se deixa antever nesta passagem o desejo pela volta de D. Sebastião é cheio de ambiguidades e está longe da linearidade de que o imaginário do povo inculto parecia dotado. No momento, o seu regresso seria problemático e ele é tacitamente induzido a ir em peregrinação. Acompanhado de um frade, partirá o rei por esse mundo fora, sendo feito prisioneiro, escravo, eremita, remador, consoante as aventuras, as ajudas e os desastres que vai sofrendo. Todas estas peripécias constituem uma espécie de iniciação, que iriam preparando o jovem para reassumir o poder. A essa iniciação não faltaria também a sexual, se o rei não se mostrasse tão avesso a ela: «e Bianca, abonecando-se como nunca, lábios – que já eram rubros – avivados a carmim, mais olorosa que magnólia em flor, tão bela como a Primavera de Botticelli, foi ter com o cativo. Com sete olhos a espreitar a impressão que lhe causaria, teve o desgosto de notar que era recebida, se não com desgosto, com evidente reserva.»³³ Esta característica não se afasta da tradicionalmente consagrada e serve para reiterar os traços sobejamente conhecidos do monarca.

Depois de passada quase toda a provação, D. Sebastião amadurece, reconhecendo os erros e aceitando uma terrível fatalidade que lhe andaria associada. Se ele afirma «Supunha-me capaz de tudo. Era essa a minha grande doença secreta; uma elefantíase. Quanto a deveres e responsabilidades, consequentemente, não me importava de saber. Só eu existia; só tinha direitos a minha vontade. A nação era eu e eu contava apenas comigo mesmo.»³⁴, a verdade é que ele sente diminuir a carga

³² Aquilino Ribeiro, *Aventura Maravilhosa*, Lisboa, Bertrand Editora, 1985, p.28.

³³ *Idem*, p.95.

demasiado pesada de uma enorme responsabilidade, na medida em que se crê o brinquete de um destino totalmente adverso: «E, ah, o pranto derramado antes de eu nascer foi tanto que só dos olhos puros e das almas cândidas devia bastar para trazer ao redor do meu berço os anjos do céu. E à roda do meu berço o que houve foi demónios... (...) Que sina, que triste sina a minha! Ouvi dizer que antes de eu vir ao mundo se mostraram no céu sinais de muitas formas. Todos de mau presságio...»³⁵

Passado o período de iniciação-expição, D. Sebastião pensa regressar à Pátria e apresentar-se a Filipe II. Este, moribundo, não deixa, contudo, de se preocupar com o engrandecimento de Espanha, denotando nos seus íntimos pensamentos, dados através de uma focalização omnisciente do narrador, a obsessiva consciência ibérica («Abençoada loucura que lhe valera a ele, já senhor de tantas terras, a herança do reino vizinho, como parente varão mais chegado.»³⁶). A ingenuidade do jovem monarca contrapõe-se à astúcia e manha do velho rei. Eufórico, convencido de que o tempo de sofrimento terminou, o vencido de Alcácer-Quibir dirige-se ao Escorial, onde julga encontrar a alegria do tio por o ver de regresso. Antes de os pôr em contacto, o narrador descreve minuciosamente o grau de degradação a que a doença fez chegar Filipe II, marcando bem a putrefacção que o seu corpo atingira, e que contrasta profundamente com a agudeza de pensamento que continua inalterável. Dando-se a conhecer, D. Sebastião assina a sua sentença de morte. Seu tio não necessita falar, o discurso subentendido nas entrelinhas, é tão explícito como se tivesse sido pronunciado:

«Cristóvão de Moura estava à sua beira, imóvel e atento como rei de armas.

- Sua Majestade é meu hóspede – disse Filipe. – Não tem que dar mais um passo fora do Escorial...

E fitou o valido de olhos nos olhos, como só muito de raro em raro fazia, com fixidez tão imperativa que, acima da sua humanidade, se sentia erguer uma razão mais alta - aquela razão de Estado a que foram imolados o príncipe de Orange, Escovedo, o senhor de Montigny, o infante D. Carlos, dizem que a rainha Isabel de Valois e o Papa Gregório XIII, forte e cega por sua origem divina, situada para lá do bem e do mal. Recebeu Cristóvão de Moura, sem pestanejar, o mandato sinistro, limitando-se a responder:

- Serão executadas as ordens de Vossa Majestade.

³⁴ *Idem*, p.158.

³⁵ *Idem*, pp.167-168.

³⁶ *Idem*, p.210.

E Filipe II, rei de Castela e de Portugal, das Duas Sicílias, soberano dos Países Baixos, de Tunes e de Orão, imperador daquém e dalém-mar, que já mandara fazer o caixão em que havia de ser enterrado, cerrou as pálpebras e, pela primeira vez há muitos dias, adormeceu placidamente.»³⁷

Ao sossego do rei corresponde o repor da História oficial. A hipótese possível é anulada pela sentença fatal. Se D. Sebastião não morresse, o curso dos acontecimentos teria de ser alterado, a História alternativa surgiria mais transgressora e perigosa. Assim, a pequena alteração introduzida, a fuga de Alcácer-Quibir, não traz consequências a nível da História, mas apenas das histórias. Tudo se passaria nos meandros do paço ou nos remotos palácios de Tunes e nos desertos da Anatólia. Cumprida a imperiosa expiação, o neto de D. João III retorna, para morrer, *de vez*, criando o mito da desejada volta, que salvaria Portugal.

Como veremos, o romance de Fernando Campos, já citado, possui numerosos pontos de contacto com este, havendo quase um paralelismo de situações (mudança de nome, peregrinação – embora em lugares diferentes – humildade).

Em 1940, Samuel Maia, em *História Maravilhosa de Dom Sebastião Imperador do Atlântico*, também idealiza a sobrevivência do monarca. No entanto, as implicações são completamente diferentes. O facto comum parte de premissas totalmente opostas: devido a doença, D. Sebastião não pode ir combater, pelo que as imprudências e desacertos são compensados pela sua ausência; a batalha é assim ganha, não havendo subsequente perda da independência; aconselhado por homens sensatos, o rei instaura um governo de tolerância religiosa e de costumes, favorecendo os casamentos mistos, a começar pelo seu, com a filha de Muley-Hamede. Este casamento e o glorioso retorno a Portugal instauram um auspicioso Império, tendo como fim a conquista toda de África até aos mares da Índia. A descendência de D. Sebastião vai continuando este domínio, sempre baseado na tolerância e no respeito mútuos. A noção de Império português parece-nos ser devedora do mito do 5º Império, em voga, com maior ou menor fortuna, desde o século XVII, culminando nas comemorações de 1940 (ano da publicação do livro), que deram origem à Exposição do Mundo Português, onde a ideia de grandeza de Portugal é por demais assinalada. A parte final da obra é uma glorificação, demasiado extensa, pensamos, do poderio português e do gênio que a ele presidiu:

«O grande acto do gênio fôra êsse de confundir as raças divergentes, igualando-as mediante investidura da mesma alma. Portugueses do Ceilão, de Moçambique, dos Andes, Alexandria, não se distinguiam dos criados na Corunha ou Lagos.

³⁷ *Idem*, p.225.

A irmandade estendera-se forte no círculo da Terra por mercê do impulso recebido, no instante inicial, de uma fé assente no respeito da vida e no valor da pessoa humana.»³⁸

Tal mitificação destina-se, pensamos, a reverter o desastre em vitória, exaltando o espírito nacional e as potencialidades de um povo, que sofreu os desvarios de um rei que poderia ter sido acometido por uma providencial doença. Quase ironicamente, o narrador comenta, através da fala de uma personagem: «Morto em campo, ou pela doença grave que o acometeu que teria acontecido? Visto ser a história vosso empenho particular sabereis com senso crítico definir a rota que os sucessos tomariam, se o rei português tombasse sem herdeiro directo no reino para tomar a corôa.»³⁹

Nós sabemos *a rota que os sucessos tomaram*. A História encarregou-se de no-la contar. E Samuel Maia também sabe. A sua História alternativa poder-se-ia aproximar da metaficção historiográfica pós-moderna, se o seu alvo fosse, não só o de glorificar a raça, mas também e, conscientemente, o de mostrar as várias potencialidades de um mesmo facto, passível de múltiplas interpretações. O adjectivo *maravilhosa*, que qualifica a história que vai contar, ao colocá-la num género *a priori* não factual, imprime-lhe características que permitem, sem transgredir completamente os códigos da História, apresentar uma versão idealizada e encomiástica do destino português. Não é tanto o tipo de diegese que não permite ainda considerar a obra como precursora, mas o modo como a autor lida com os textos e conhecimentos do passado.

A partir de *A Torre da Barbela* (1964) de Ruben A., onde há apenas referências irónicas ao Grande Nevoeiro («O Grande Nevoeiro avançava agora mais cruel»; «O Grande Nevoeiro apossava-se dos perfis e aos poucos indefinia a paisagem»; «O Nevoeiro agora abraçava as pessoas, aumentava-se em volumes definidos e até a *Cabeçada* de Dom Sebastião desmedia-se em tamanho tal que a Ribeira Lima parecia o fim de uma nação à procura de tino.»⁴⁰), há uma transgressão nítida da História interpretando-a e recriando-a.

Agustina Bessa Luís, em *A Monja de Lisboa* (1985) identifica sebastianismo com necessidade de emancipação e liberdade femininas, protagonizadas nos conventos: «As beatas andaluzas distribuem entre si os paninhos ensanguentados

³⁸ Samuel Maia, *História Maravilhosa de Dom Sebastião Imperador do Atlântico*, Lisboa, Livr. Bertrand, s/d, pp.315-316

³⁹ *Idem*, p.350.

⁴⁰ Ruben A., *A Torre da Barbela*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 3ªed., 1966, pp.139, 143 e 147, respectivamente.

pelas chagas, e corre o boato das suas [de soror Maria da Visitação] profecias sebastianistas.»; «Margarida de S. Paulo não hesita em acusar Maria de franco sebastianismo, dizendo, em 1588, que há três anos a priora afirmava a vida e retorno do rei.»⁴¹ Dai que não seja de estranhar a opressão brutal do poder contra estes perigosos focos: «Mas parece provável que o facto de aposentar as freiras na casa da Anunciada, com o pretexto de não terem ainda alojamento próprio e precisarem de o procurar, fosse antes maneira de espiar e tirar conclusões adequadas à missão principal: a de esmagarem definitivamente um mito perigoso – o do sebastianismo.»⁴²

As Naus (1988) de António Lobo Antunes aludem, de forma quase épica, ao fenómeno dos retornados no pós-25 de Abril, na medida em que estes retornados possuem os mesmos nomes dos antigos heróis das descobertas. Embora D. Sebastião não seja propriamente um desses heróis, é inegável a sua importância como símbolo de fim de Império e, simultaneamente, de esperança num novo e mais próspero. As referências ao derrotado de Alcácer-Quibir são sempre irónicas e caricaturizam o imaginário colectivo de um povo: «(...) o rei D. Sebastião surgiu a cavalo rodeado de validos, arcebispos e privados, vestido de uma armadura de bronze e de um elmo de plumas, e desapareceu para as bandas do pelourinho da Câmara, seguido pelo espanto dos polícias e dos guardas-nocturnos, a caminho de Alcácer-Quibir.»; «Foi então que topámos com um grande aparato militar de castelhanos protegendo uma tenda alumiada de barraca de feira, centenas de estandartes, bandeiras e cozinhas de campanha, cirurgiões que amolvavam bisturis e ilusionistas que divertiam a tropa, e uma sentinela nos informou que o rei Filipe se reunira com os seus marechais na rulote do Estado-Maior a combinar a invasão de Portugal, porque D. Sebastião, aquele pateta inútil de sandálias e brinco na orelha, sempre a lamber uma mortalha de haxixe, tinha sido esfaqueado num bairro de droga de Marrocos por roubar a um maricas inglês, chamado Oscar Wilde, um saquinho de liamba.»; «Amparados uns aos outros para partilharem em conjunto do aparecimento do rei a cavalo (...) um adolescente loiro, de coroa na cabeça e beiços amuados, vindo de Alcácer Quibir com pulseiras de cobre trabalhado dos ciganos de Carcavelos e colares baratos de Tânger ao pescoço, e tudo o que pudemos observar (...) foi o oceano vazio até à linha do horizonte.»⁴³

⁴¹ Agustina Bessa Luís, *A Monja de Lisboa*, Lisboa, Guimarães Ed., 1985, pp.89 e 134, respectivamente.

⁴² *Idem*, p.102.

⁴³ António Lobo Antunes, *As Naus*, Publicações Dom Quixote/Círculo de Leitores, 1988, pp.166, 179 e 247 respectivamente.

Os Infiéis (1992) de Fernando Dacosta retoma, em algumas passagens, o mito do jovem rei «que deu voz aos que se indignavam, sobretudo fidalgos jovens, com o abandono das praças de África»⁴⁴. No entanto, a verdadeira expressão do significado que o monarca representa encontra-se na citação a seguir transcrita que revela o valor emblemático que ele assume: «preparou tudo meticulosamente. Não podendo responder ao que o país lhe exigia, imolava-se, imolava-o. Nobres, cleros, artistas, mulheres, crianças, um êxodo de poderosos luxuosamente paramentados seguiu-o em delírio. Viera para dar vida ao Desejado que existia no nosso sonho...»⁴⁵

Antes de passarmos à análise de três romances que focam prioritariamente a figura do Encoberto, queria apenas aludir a uma passagem de *A Sala das Perguntas* (1998) de Fernando Campos, sobre a vida de Damião de Góis, onde se refere a célebre cena da visita aos túmulos dos antepassados, não havendo aqui a insinuação de loucura que normalmente lhe anda associada.

Nas últimas décadas foram publicados três romances que têm como tema central a vida de D. Sebastião. Começamos por *O Mosteiro* de Agustina Bessa Luís, publicado em 1980, onde, e na esteira característica desta autora, se faz uma interligação entre passado e presente, contribuindo aquele para sublimar e desvendar problemas e carências deste: «E Belche escrevia um livro, simplesmente como exorcismo da sua agressividade.»⁴⁶

Como é típico em Agustina não há uma linha cronológica rígida, e cada acontecimento é interpretado e não apenas apresentado. Logo ao narrar o nascimento, a narradora tira ilações para a personalidade futura do recém-nascido: «D. Sebastião nascera num desses partos, e o lenço que cobria o rosto de sua mãe era véu de luto que ela não deixou mais. E tão bem inculcou no filho o amor extático, que é o que se desenvolve na distância, que o sufocou e desencorajou na sua masculinidade.»⁴⁷

A interligação entre passado e presente actualiza-se também nas semelhanças que Belche, o autor da biografia do rei, vai encontrando entre personagens da sua família e as do passado: «Achava que D. Sebastião se parecia com o seu primo José Bento, ali presente.»⁴⁸. «Filho da mística real e engendrado no orgulho»⁴⁹, o sobrinho de Filipe II é avesso às mulheres, apesar de ter vivido numa corte predominantemente feminina, possui características de pícaro e bufão («Belche tinha reflectido sobre a

⁴⁴ Fernando Dacosta, *Os Infiéis*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992, p.46.

⁴⁵ *Idem*, p.38.

⁴⁶ Agustina Bessa Luís, *O Mosteiro*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1980, p.160.

⁴⁷ *Idem*, p.180.

⁴⁸ *Idem*, p.71.

⁴⁹ *Idem*, p.194.

realidade do rei Desejado, pícaro inacabado numa era que tocava o seu fim. Enquanto desaparecido em Alcácer-Quibir, ele personifica o ideal da cavalaria, ideal mutilado e que só é encarnado pelo exagero; enquanto remexido intruso, que frequenta as cozinhas dos conventos para salgar a comida dos frades, ou como pequeno pirata do rio, incógnito debaixo dos vigias a quem ele não se dá a conhecer, pelo prazer do perigo fútil, ele é o pícaro, símbolo dum laço entre a ilusão de toda uma sociedade que se transforma.»⁵⁰), exagera no exercício físico, é exibicionista, pedante, extravagante, tentando exorcizar o medo, como no episódio da abertura dos túmulos, mas sentindo-o até ao terror («Assentámos em que D. Sebastião foi desde menino acometido de espanto fóbico, quer dizer, de medo tão violento que o seu orgulho padeceu para sempre dessa afecção.»⁵¹).

A actuação do monarca durante a batalha está completamente de acordo com as facetas de carácter que apontámos e que são reiteradamente assinaladas por Agustina. O desenlace só poderia ter sido o culminar de tão estranha vida: «Estava no auge a grande fantasia, e o arrebatamento pegara em todos. Já ninguém escapava ao movimento cénico, ao discurso e à contaminação teatral. É extraordinária aquela ordem do rei ao seu exército: que ninguém se mova antes da sua ordem. E o cerco dos mouros aperta-se, com o cadáver do Moluco a governá-los; e, mais do que uma ordem de combate, são as pancadas de Molière que se esperam. O rei parece ausente, parado num esquecimento ou numa dimensão em que se inscreve a liturgia do campo visual, que não é a realidade, mas aquele onde as imagens que vemos não contam, mas só conta a imagem que lá fica de nós. Parece encanto, o rei não se move.»⁵²

E porque «No caso de D. Sebastião, tudo são meias verdades e disfarces»⁵³, a sua morte é duvidosa e ele pode ser apelidado de «Príncipe enigmático»⁵⁴, reequacionando tudo o que sobre ele se escreveu. Mais do que a história de D. Sebastião é a análise minuciosa das razões profundas e das atitudes, é a comparação contínua entre passado e presente, que demonstra a repetição de situações e motivos, aparentemente tão díspares: «Em Portugal de 1578 e em Portugal de 1974 tratava-se de admitir uma frustração histórica, de aprender uma desilusão. Era inelutável a perda, e controlar essa perda foi o ofício dum grupo encerrado numa contradição: a da ilusão e a da evidência.»⁵⁵

⁵⁰ *Idem*, p.211.

⁵¹ *Idem*, p.301.

⁵² *Idem*, p.268.

⁵³ *Idem*, p.270.

⁵⁴ *Idem*, p.328.

⁵⁵ *Idem*, p.168.

Muito diferente á a versão que nos propõe António Cândido Franco em *Vida de Sebastião Rei de Portugal*. «Sebastião é, além de Inês de Castro, a única figura verdadeiramente poética da história de Portugal»⁵⁶, exclama o autor na Introdução como que a justificar a escolha destas duas figuras paradigmáticas como objecto do seu fazer romanesco. A consciência muito nítida de que «A história de Portugal começou com as lágrimas silenciosas de Inês e acabou com o riso estrondoso de Alcácer-Quibir»⁵⁷ leva-o a comparar simbolicamente as duas personagens, deixando a inequívoca certeza de que uma completa a outra: «Quando deixei de trabalhar a figura de Inês de Castro e passei a trabalhar a de Sebastião, troquei a memória pela esperança. Inês de Castro é a memória, como Sebastião é a esperança.»⁵⁸

O percurso biográfico do rei português é marcado por uma série de indícios que o empurram para a fatalidade do seu destino. O narrador assume claramente o desvio em relação ao discurso oficial que nos chega através dos textos dos historiadores: «Se isto não é verdade não faz mal nenhum, que a mentira é muito mais poética que a verdade. A mentira é trágica como a verdade é só histórica.»⁵⁹

O carácter de tragicidade inerente à mentira, isto é, ao universo romanesco, mesmo quando versa assuntos teoricamente verídicos, facilita o modo como o narrador se apropria da História, ao tratar a figura do rei de um ponto de vista mais místico e interpretativo do que factual. Sebastião é grande porque morreu em Alcácer-Quibir. Tudo no perfil do rei contribui para lhe imprimir esse carácter de excepcionalidade, não só física (seis dedos em cada pé, por exemplo) como psicológica, comparando-o a D. Quixote⁶⁰, por um lado e a Margarida de Valois, a Rainha Margot, por outro: «Se Margarida de Valois, com as suas histórias de sexo e os seus versos avessos, criava um mal-estar óbvio e insuportável na classe política dirigente da sociedade francesa da altura a ponto de Henrique IV pedir a anulação do seu casamento com ela, e de a fechar, por causa do escândalo, durante mais de quinze anos num castelo perdido no meio da França, o castelo de Usson, Sebastião, com as suas histórias de ir para Marrocos ganhar a coroa e o trono do país para os dar a um sultão deserdado, ainda por cima com uma expedição em que vão dez mil guitarras, não devia ofender menos a

⁵⁶ António Cândido Franco, *Vida de Sebastião Rei de Portugal*, Lisboa, Publ. Europa-América, s/d [1993], p.11.

⁵⁷ *Idem*, p.18.

⁵⁸ *Idem*, p.64.

⁵⁹ *Idem*, pp.17-18.

⁶⁰ Cf., *Idem*, p.138: «A força e o interesse de uma figura como Sebastião estão na sua inocência e até na sua infantilidade, ou seja na sua incapacidade tão quixotesca de se adaptar a um mundo que era cada vez mais o de João III.»

moralidade e o bom-senso de uma classe dirigente, formada nas escalfetas prudentes e receosas do reinado de João III.»⁶¹

A identificação de Sebastião a figuras de certo modo burlescas, facilita a caracterização tragicômica que dele é feita, o envolvimento em Alcácer-Quibir e a lenda do possível regresso para salvar Portugal do domínio castelhano. São inúmeras as vezes em que o rei é apelidado de bufão: «Este rei português, Sebastião, para ser entendido, precisa de ser visto como um bufão»⁶²; «Sebastião se não acabasse, por sua vez, na *Ilha do Encoberto*, que é onde eu acredito que ele está agora, acabaria num teatro qualquer de fantoches.»⁶³ Tal como um bobo, frequentemente, possui também um lado trágico, o neto de D.João III não é menos triste que risível: «A tragédia de Sebastião, seja como rei ou como simples adulto, tem sempre um lado de farsa, que a redime como fracasso.»⁶⁴

Perante tais constatações não é difícil bater na tecla da loucura, como explicação de uma biografia intrigante. E a loucura está sempre presente, mesmo quando ela se esconde por detrás de outros traços de personalidade, ou quando assume facetas tão misteriosas como o desenterrar de cadáveres.

A ligação de Sebastião com os touros situa-se na linha ténue e ambígua do amor e da violência: «O encontro entre o touro e Sebastião deu-se a meio da praça. É o momento em que a fusão do homem e do touro parece mais uma cópula entre dois seres que se desejam ardentemente que uma luta de morte.»⁶⁵

É também entre o amor e a violência que se entende o gosto de exumar os corpos dos antigos reis, na tentativa, talvez, de se imbuir do espírito glorioso do passado.

Todos os elementos até aqui referidos, contribuem para tornar menos estranha a anormalidade sexual do jovem rei, que vai desde a aberração dos próprios órgãos sexuais até ao desinteresse quase total pelo sexo oposto: «O mais preocupante era, para o povo de Lisboa, o dizer-se que o rei não mostrava interesse pelo sexo oposto»⁶⁶.

Como não podia deixar de ser, é a batalha o clímax do romance, como foi o clímax da vida de Sebastião. Perder em Alcácer-Quibir foi a condição indispensável para que o mito se formasse: «A derrota de Alcácer-Quibir foi a licença que o destino deu a Sebastião de ter génio, porque o génio não é ganhar nem dar, mas antes criar.»⁶⁷.

⁶¹ *Idem*, p.153.

⁶² *Idem*, p.14.

⁶³ *Idem*, p.104.

⁶⁴ *Idem*, p.17.

⁶⁵ *Idem*, p.97.

⁶⁶ *Idem*, p.70.

⁶⁷ *Idem*, pp.161-162.

A teoria de que a batalha podia ter sido ganha e o não foi porque uma voz misteriosa mandou recuar, acentua ainda mais essa fatalidade inelutável, que culmina na quase certeza do narrador de que Sebastião não teria morrido, e que o seu desaparecimento só foi confirmado porque isso interessava ao discurso oficial da História da dominação filipina: «Afirma-se que o corpo do rei foi encontrado e reconhecido, na noite da batalha, por Sebastião Resende, um moço do guarda-roupa real, que assim obteve a sua libertação. É, em meu entender, toda uma ficção indispensável à história, à sociedade e, sobretudo, ao poder.»⁶⁸ Alcácer-Quibir tornou-se, assim, um episódio catártico, necessário ao espírito português e à criação do sebastianismo, um dos fenómenos mais interessantes do inconsciente colectivo nacional: «Desgraça Alcácer-Quibir? De modo nenhum. Alcácer-Quibir foi uma tragédia com valor de purga em que o alívio foi muito mais importante que o terror.»⁶⁹.

Vista assim, a História ganha novos foros, não se limitando a ser a narração factual e objectiva, mas transformando-se numa criadora de mitos que explicariam a maneira de ser de um povo («Ser português para mim é andar com um letreiro ao pescoço a dizer Sebastião.»⁷⁰), porque o português tem muito desse rei louco, bufão e trágico: «Estou convencido que quando se deu a Restauração de 1640 os Espanhóis de Mérida até Madrid deitaram foguetes. Estavam fartos de Portugal, esse país de poetas e de fantoches.»⁷¹ Poetas como Camões só poderão, segundo Cândido Franco, ter incitado à jornada de África e nunca ter criticado o espírito fantasioso do rei: «Um Camões no Terreiro do Paço a criticar muito dura e doutamente as estouvances de Sebastião é um Camões com mentalidade à Sérgio.»⁷²

«O sebastianismo é talvez o comportamento português que mais estranheza pode causar»⁷³, mas é aquele que melhor define o inconsciente nacional. E a prova é que séculos depois ainda perdura a lenda do possível regresso do Encoberto, símbolo de uma grandeza passada que gera um complexo de inferioridade mal resolvido. O narrador *visualiza* vários Sebastões ao longo dos tempos, retirando-lhes temporalidade, ao defini-los como *ucrónicos*. É por isso que Almeida Faria ou Agustina Bessa Luís se podem apropriar da sua figura, transformando-a e subvertendo-a: «E é preciso não esquecer aquele Sebastião conquistador, à Almeida Faria, que em vez de querer conquistar terras decide é conquistar mulheres. Este novo Sebastião andou

⁶⁸ *Idem*, p.164.

⁶⁹ *Idem*, p.165.

⁷⁰ *Idem*, p.184.

⁷¹ *Idem*, p.144.

⁷² *Idem*, p.112.

⁷³ *Idem*, p.174.

por aí na década de 70 do século XX e é, sem dúvida, quer-me parecer, uma das últimas transfigurações que a memória, e talvez neste caso a imaginação, operou sobre o rei Sebastião.»⁷⁴

Devemos ainda considerar a emissão, por parte do narrador, de opiniões muito próprias sobre factos que permanecem misteriosos: «Eu pessoalmente estou convencido que uma voz de comando deste tipo, com implicações tão sérias e tão profundas em toda a vanguarda do exército português, só podia ter partido do próprio rei.»⁷⁵

Ao chegar a tão subversivas conclusões, o narrador não só se aproxima do romance histórico que formula a hipótese de uma História alternativa, como reitera a noção de que o discurso sobre o passado é sempre relativo, porque moldado por censuras sucessivas, saberes ocultos, fenómenos não totalmente esclarecidos. D. Sebastião ganha novos significados, místicos, míticos e humanos — é mais importante como gerador do inconsciente colectivo do que como rei de Portugal.

Finalmente, em 2000, Fernando Campos em *A Ponte dos Suspiros* retoma a hipótese avançada e desenvolvida por Aquilino, havendo, entre os dois romances, vários pontos de contacto como já anotámos: sobrevivência do rei, sua imprudência passada, o desastre da batalha, a vergonha, a necessidade de expiação, mudança de nome, diligências para o regresso. No entanto, o interesse por uma ou outra mulher, assim como o desenlace são diferentes, embora, a nível prático acabem por ter as mesmas consequências. Enquanto em Aquilino, o rei se apresenta a Filipe II, e este o manda subrepticamente matar, em Fernando Campos ele é reconhecido em Itália, é traído por um português e acaba por trocar de identidade com Marco Túlio, sendo este o assassinado. É interessante verificar que Marco Túlio é o nome do falso D. Sebastião que dá pelo nome de rei da Calábria no romance de Marcelino Mesquita. A troca de identidades favorece o desaparecimento do rei dos lugares perigosos e corrobora a formação da lenda e do sebastianismo:

«Nevoeiro, neblina, bruma... é como o conhecimento humano. Que sabes tu? Que sei eu? De vez em quando uma réstia de sol... e pode entrever-se alguma porção de verdade. Queres ver? Espreita. Aproveita este raio de sol que alumia, lá em baixo, aquela vereda...

Vejo um peregrino a caminhar para um palácio. Apesar do andar lesto e determinado, parece velho...

Setenta e dois anos...

⁷⁴ *Idem*, p.176.

⁷⁵ *Idem*, p.160.

Já bate à porta... já está a falar com o porteiro... Quem é ele? Onde estamos?...
...à porta dos paços do duque Teodósio. Entremos com o peregrino. Já irás saber quem é...

O duque beija-lhe a mão, dá-lhe a direita ao conduzi-lo ao salão nobre. O visitante senta-se de novo. Teodósio escuta-o postado de joelhos aos pés dele. Que respeitoso acatamento!...

Pudera! Reconheceu el-rei no peregrino...

El-rei Sebastião!»⁷⁶

O rei que prevalece ao longo dos séculos, mítico e, de repente, real.

A fortuna literária de D. Sebastião é a prova evidente da sobrevivência ideológica e da necessidade do imaginário em construir uma esperança na reabilitação de uma identidade periclitante e em crise. Ele é, talvez, com Inês de Castro um dos casos mais curiosos da História portuguesa e um dos que mais se prestam a interpretações e cogitações.

Maria de Fátima Marinho

⁷⁶ Fernando Campos, *A Ponte dos Suspiros*, Lisboa, Difel, 2000, pp.202-203.